

FAMÍLIA, CONSCIÊNCIA E CIDADANIA PROBLEMAS EMERGENTES

Dulce Regina dos Santos Pedrossian

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida desse trabalho foi a percepção inicial de uma acentuada diferença nos níveis de vida da população urbana de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, em que se encontram, de um lado, os segmentos mais favorecidos da população, e de outro, um número significativo de famílias contando com recursos mínimos de sobrevivência. Essa constatação fez com que se voltasse a atenção para o Município de Campo Grande, que se caracteriza como o de maior expressão urbana em nível de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, percebe-se que, no processo de urbanização, a capital não oferece serviços de contratação de mão-de-obra na proporção necessária, agravando os problemas sociais.

A constituição de 1988, em seu Artigo 227, inclui os mais avançados princípios relacionados com os direitos das crianças e dos adolescentes, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90

- veio regulamentá-los. Assim sendo, o propósito que inspirou o presente trabalho foi o de investigar o nível de consciência de famílias da classe popular em relação aos direitos de cidadania de seus filhos, compreendidos na faixa etária de zero a quatorze anos, vivendo em condições de pobreza, na periferia do Município de Campo Grande, concorrendo, assim, para o emprego prematuro de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, para embasar a investigação, foi escolhido um caminho reflexivo. Inicialmente, abordou-se a *dimensão pobreza*, considerando uma de ordem sócio-econômica e outra de ordem política, para, em seguida, passar a focar a *democratização da família*, pelo fato de refletir no plano da cidadania. No outro momento, foi enfocada a *questão do conhecimento*, por ser o mesmo a maneira pela qual cada ser humano capta, apreende os acontecimentos da vida, determinando o seu nível de consciência. Por fim, foram explicitados *os passos metodológicos e as reflexões decorrentes* da pesquisa propriamente dita, sendo abordados os aspectos referentes às áreas de saúde, educação, transporte, lazer, segurança, habitação, cultura e comunicação, fazendo-se a correlação destes com as características que dão forma à política social brasileira.

2. SUBSÍDIOS TEÓRICOS

2.1. *Dimensão pobreza*

Quando se fala a respeito da família de classe popular, é passo importante definir melhor a dimensão pobreza. O que é pobreza?

Há, atualmente, uma inclinação para se considerar a pobreza como ausência de direitos, sendo a privação material insuficiente como princípio de definição do que é ser pobre. Com uma tônica, ora econômica ora política, definiu-se a condição social dos pobres a partir da exploração do trabalho pelo capital e, mais presentemente, pela ausência de reconhecimento de seus direitos de cidadania.

Nessa perspectiva, o resultado acaba pela desatenção para a vida social dos pobres no que ela representa enquanto positividade concreta, a partir da qual se definem o espaço em sua atuação no mundo social e a possibilidade de ultrapassar essa atenção para o plano propriamente político (Sarti, 1996 : 18).

2.2. *Democratização da família*

A prática de democratização do dia-a-dia da família reflete no plano da cidadania, ao dispor o indivíduo de condições de participar, de forma democrática, na esfera pública, a partir da internalização do princípio de autonomia que potencializa sua capacidade de distinguir, avaliar e preferir. Dessa forma, o não desenvolvimento da auto-

nomia leva ao tipo de comportamento em que a pessoa não tem domínio de sua própria individualidade.

A sociedade contemporânea é baseada no princípio de igualdade, porém profundamente desigual em sua base econômica, principalmente os pobres que vivem na cidade, pois não lhes são fornecidos os recursos para a formulação de um projeto individual de identidade social, uma vez que o mesmo pressupõe condições sociais de educação, de valores sociais. Quando se dispõe a formulá-lo, torna-se uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social (Sarti apud Carvalho, 1995 : 47).

2.3. O conhecimento

O homem é capaz de compreender o mundo através de um ato dialético de entender, sendo capaz de transformar as coisas, concluindo assim que estas não são opacas e sim iluminadas, cognoscíveis e inteligíveis. Na verdade, a partir de sua experiência de vida em todas as práticas, quer no trabalho, nas relações pessoais, na família, ou, enfim, na própria vida, todos têm a sua explicação dos conhecimentos. Assim sendo, a prática do conhecimento não é um privilégio, mas sim um direito de todos os seres humanos.

O aprofundamento da conscientização humana não deverá ser um esforço individual, mas sim social, resultante de sua confrontação com a realidade concreta, devendo, assim, assumir uma posição crítica, em contraposição a um posicionamento ingênuo. Pode-se dizer, então,

que o conhecimento decorre do enfrentamento do mundo por um sujeito, com vistas a dar-lhe sentido o mais compreensível que puder. Conhecer, certamente, capacita a pessoa a captar a essência da realidade.

Torna-se necessário evidenciar que o conhecimento é libertador, na medida em que serve de mecanismo para que o ser humano atue de maneira mais condizente com suas necessidades, dando-lhe independência e autonomia. Caso contrário, o desconhecimento de seus direitos torna-o dependente e alienado.

3. ENCAMINHAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Dado o caráter de subordinação das famílias populares e sendo a conscientização necessária para o ser humano deixar de ser manipulado e oprimido para ir em defesa de seus direitos, como pode ser caracterizado o nível de consciência das famílias pobres, em relação aos direitos da cidadania de seus filhos, compreendidos na faixa etária de zero a quatorze anos?

Para efetivar essa reflexão foram utilizadas quatro etapas interdependentes e interligadas. Na primeira, *fase exploratória*, envolveu a seleção dos bairros, das famílias (com filhos compreendidos na faixa etária explicitada) e o estabelecimento dos primeiros contatos para a entrada em campo. Na segunda, procurou-se *selecionar os indicado-*

res considerados mais importantes para analisar o problema em estudo. Na terceira, *coleta de dados*, procedeu-se à observação das residências das famílias, com entrevistas semi-estruturadas, abarcando aspectos das áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, lazer, segurança, habitação, cultura e comunicação. Na última etapa, e de posse dos dados coletados, *procurou-se analisar, interpretar e compreender o objeto de trabalho*.

Para chegar ao pretendido, através da criticidade na análise, buscou-se desvendar a idéia da contradição interna dos fenômenos, haja vista que tudo é matéria em movimento. Acredita-se que isto proporciona melhores condições para atingir os propósitos do estudo. Inicialmente, a escolha recaiu num bairro, passando-se a incluir parte de outro, dada a proximidade geográfica entre eles. Foram dez as famílias analisadas, sendo seis do primeiro bairro e quatro do segundo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS

É certo que, de modo geral, a política brasileira não tem tido sucesso em alterar o quadro de pobreza e exclusão social da população, demonstrando, a cada década, a ampliação das taxas de desigualdade social. Nessa perspectiva, as famílias dos bairros investigados convivem com situação relativamente precária de moradia, gerando ausência de privacidade, associada à carência de saneamento

básico, sendo o transporte coletivo o único meio utilizado para se locomover no perímetro urbano.

A renda familiar *per capita* das famílias investigadas varia de menos de um até dois salários mínimos, representando 30% os que percebem de um e meio a dois. Acrescenta-se a este dado que 30% das casas visitadas são alagadas durante o período das chuvas, além dessa parte do bairro não contar com sistema de coleta de lixo; 70% das famílias não dispõem de filtro e 40% possuem banheiro localizado fora de casa. Pôde-se detectar que 70% das famílias analisadas moram em residências compartilhadas, num mesmo terreno, entre seus parentes ou entre seus pares. Vivem em casa própria (20%), casa alugada (40%) ou cedida por parentes (40%). Há, entre os entrevistados, mães solteiras, homens e mulheres casados pela primeira e segunda vez. São de religiões diversas.

De modo geral, as famílias não participam de trabalhos comunitários e nunca freqüentam reuniões das associações de bairro, desconhecendo a atuação nesse campo. Por outro lado, explicitam que nunca houve manifestação de associações com o intuito de promover encontros e trabalhos dessa natureza. Acrescenta-se que, tanto um bairro como o outro, contam com serviços públicos, cada um com seu posto de saúde, sua escola e sua creche.

Nesse contexto, vale uma reflexão. Apesar dos avanços conquistados nas áreas dos direitos sociais, passou-se a fragmentar o indivíduo na forma de atenção pública, ou seja, os coletivos do tipo família e comunidade foram substituídos por serviços sociais institucionalizados,

tais como creche, escola e outros. A atenção à família tornou-se periférica e, quando existe, não é esse grupo natural o centro, mas sim a mulher, a criança, o trabalhador... Ao lado disso, a “psicologização” das relações sociais fragmentou os indivíduos em “microcoletivos”, como a família, passando a ganhar identidade em termos de carência de bens, serviços e de afetos (Carvalho, 1995 : 12-13).

Em relação à área da saúde, utilizam-se dos postos municipais que prestam serviços ambulatoriais, devendo-se recorrer aos órgãos centrais para exames de Raio X, ultra-sonografia e tratamento especializado, ao passo que nos atendimentos odontológicos não executam serviços de restauração. De modo geral, as famílias revelam conhecimento da necessidade dos filhos terem boa saúde, recorrendo-se aos serviços na área, e reconhecem a limitação do atendimento prestado.

Quanto à prestação dos serviços públicos na área educacional, 20% das famílias entrevistadas entendem ser o ensino de baixo nível em relação ao conteúdo, percebendo que os filhos se sentem desmotivados a freqüentarem as aulas, assim como os professores, que se encontram desestimulados pelo baixo salário.

É preciso levar em conta, portanto, a importância do conteúdo no ensino, já que as classes populares buscam na escola o acesso ao conhecimento, na medida em que dependem dela para a aquisição de habilidades intelectuais, uma vez que, diferentemente das classes privilegiadas, têm dificuldades de encontrá-los em outras instâncias. Aliás, estudiosos na área pontuam que a educação,

dentro de uma escola, não deve aparecer reduzida à pura transmissão e acúmulo de conhecimentos com o intuito de qualificar os alunos, porém se apresenta como necessária para o exercício da consciência crítica, para a concepção de uma nova visão de mundo e, conseqüentemente, de uma nova sociedade.

Observa-se, entretanto, que o fracasso escolar, destacado em 20% das escolas analisadas, é encarado como algo esperado, natural, relevando-se, inclusive, redução das aspirações em relação ao filho. Numa dessas famílias, pelo constante insucesso escolar, um dos filhos de quatorze anos passou a estudar no período noturno, trabalhando durante o dia para receber uma média de R\$ 15,00 (quinze reais) por semana. A conseqüência disto, prevista por Snyders (apud Caporalini, 1991 : 81), é a seguinte:

“Esses alunos, uma vez excluídos pela escola, pouca esperança têm de acesso a situações de interesse; em breve terão dificuldades de encontrar trabalho, a não ser que se alistem no exército da reserva de mão-de-obra ocasional e precária”.

É preciso reconhecer, entretanto, que 100% das famílias entrevistadas, incluindo as que sofreram experiências de fracasso escolar, atribuem alto valor à educação e revelam expectativas educacionais em relação aos filhos, denotando ciência dessa necessidade.

Em relação ao trabalho, 60% dos membros das famílias possuem carteira de trabalho assinada e 40% não a possuem. Dentre os 40% das famílias investigadas, cri-

anças maiores desenvolvem atividades em casa, não apresentando incompatibilidade com o horário escolar, confirmando o parecer de Dauster (apud Sarti, 1996 : 82), no sentido de que “(...)trabalho infantil nas famílias pobres corresponde, então, a um padrão cultural no qual são socializadas as crianças, não se opondo necessariamente à escola, mas devendo complementá-la”. Esse parecer de Dauster é corroborado pelo posicionamento de uma das mães em relação ao binômio educação-trabalho: “Hoje em dia querem uma mão-de-obra especializada. Se ficar na escola, não tem experiência. Se trabalha e não estuda, fica sem currículo”.

Depreende-se que a crise do “welfare state”, a dos mecanismos de exclusão social, materializada no desemprego estrutural crescente e no subemprego, também cada vez maior, na contratação de serviços e enfraquecimento do poder sindical, introduzem, nos dias atuais, novos desafios às políticas sociais brasileira e mundial. Dentro desse contexto estão a família e a comunidade que vivem com a crescente globalização da economia e conseqüentes ajustes econômicos ocorridos nos últimos anos, ao lado de outros jargões como flexibilidade, qualidade total e competitividade, que têm colocado a família brasileira em acelerado processo de empobrecimento, “alterando profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, papéis e formas de reprodução social” (Carvalho, 1995 : 13).

Em linhas gerais, entretanto, a educação escolar é valorizada pelas famílias investigadas como forma de ascensão social e melhoria de vida, correlacionando-se os níveis maiores de instrução com melhores ocupações, sendo

que todos esperam que os filhos tenham ocupações melhores que as deles. Na realidade, superar essa ideologia mistificadora significa fazer essas famílias e os alunos compreenderem que a educação ajuda, mas não é capaz de modificar a classe social a que pertencem. Entretanto, pode lhes transmitir elementos úteis para suas estratégias de melhoria de vida. Ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de conscientização para uma intervenção transformadora sobre a realidade, devendo a escola ser um grande veículo desta.

Em termos de serviços de segurança nos bairros, surge um certo antagonismo. Ao mesmo tempo em que afirma serem bairros tranquilos, alegam que geralmente, à noite, escutam disparos de armas de fogo, explicitando falta de policiamento e o receio de deixarem suas residências nesse período, notando, assim, que se acostumaram com o cotidiano. Nesse contexto, 100% das famílias analisadas afirmam serem precárias as formas de lazer nos bairros. As praças existentes necessitam de segurança, impedindo a freqüência de crianças e moradores nestes locais, devido à presença de “*drogados*”, “*mal-encarados*”, “*malandros*”. Dessa forma, o espaço ocupado pelas crianças nas brincadeiras e divertimentos limita-se ao quintal de suas próprias casas, quando existente, não podendo ultrapassar o portão, por problemas de segurança.

Acrescenta-se que desconhecem atividades culturais no bairro. Sabe-se, contudo, que o acesso à cultura demanda oportunidades efetivas de desenvolvimento dos talentos artísticos, a arte.

Em relação aos meios de comunicação, 80% das famílias dispõem de rádio e de televisão e 20% contam somente com rádio. Os dois bairros utilizam-se de telefone público.

Quanto à política social brasileira, 70% das famílias atribuem a responsabilidade aos representantes que, segundo elas, não têm procurado melhorar as condições de vida dos pobres; 10% buscam resposta na religião; 10%, apesar de reconhecerem a importância dos representantes, entendem que a responsabilidade é de cada pessoa em querer melhorar e 10% remetem à política uma relação de favor. Por outro lado, todas as famílias investigadas têm expectativas de uma vida melhor em relação aos filhos e a elas próprias.

5. CONCLUSÃO

Não se tem a pretensão de fechar o tema, pois percebe-se que quanto mais se investiga, mais se busca e mais se tem certeza de que o conhecimento não se esgota. Mesmo assim, as reflexões até aqui desenvolvidas levam a deduzir que a prioridade para as famílias analisadas em relação aos filhos recai na educação.

Depreende-se, portanto, que o caminho é a busca da educação que problematiza e conscientiza, e, sem dúvida alguma, a melhor profissionalização para as crianças e

adolescentes é o ensino público com qualidade, uma vez que, diferentemente das classes de maior poder aquisitivo, essas famílias enfrentam dificuldades com o suporte das despesas com educação.

Ao que tudo indica, a população pobre reconhece a necessidade de educação, saúde, lazer, habitação, cultura, segurança... Por outro lado, percebe-se que as famílias não têm consciência crítica desses direitos de cidadania em relação aos filhos e a si próprias, nem utilizam os existentes e à sua própria disposição, com esse tipo de consciência. Ademais, não se conscientizaram da importância de assumirem o papel de agente transformador da realidade, capazes de desenvolver a consciência crítica com vistas a superarem as dificuldades e os obstáculos que impedem as pessoas de terem uma clara percepção das coisas e de atingirem a melhoria de vida desejada, fato este detectado em todas as famílias investigadas.

Para se chegar a satisfatórias soluções, a participação na luta pelos direitos, bem como por seu adequado e proveitoso exercício, vislumbra ser um passo importante.

É importante mencionar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Saúde e a Lei Orgânica da Assistência Social determinaram a criação de instrumentos que poderão influir decisivamente no atendimento da criança e do adolescente. Esses instrumentos são os Conselhos de Direitos, Conselhos de Saúde e Conselho da Assistência Social e os respectivos Fundos de Recursos Financeiros.

É preciso reconhecer, entretanto, que a política social, embora enfatize as vantagens de descentralização e municipalização das atenções básicas, se esbarra nas estruturas do Estado, resistentes em adotar o novo reordenamento político-institucional que complete as competências efetivas das três esferas do governo, o municipal, o estadual e o federal. Este reordenamento, se efetivado, evitaria um gasto público pervertido em prol dos interesses oligárquicos, tutelares, corporativos e centralistas (Carvalho, 1995 : 13). Esse parecer de Carvalho é enriquecido pelo posicionamento de Ávila (1985 : 38) que enfatiza que

“(...) uma descentralização meramente paliativa, do ponto de vista jurídico e prático, poderá acarretar descrédito ainda maior do que o vigente em situação de centralização declarada e conseqüências sociais e econômicas imprevisíveis”.

Conclui-se, portanto, que o momento é o de retornar a família como prioridade da política social brasileira, através do desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda, projetos comunitários, numa perspectiva de que cabe ao Estado o dever de garantir os mínimos sociais aos cidadãos que não conseguem obtê-los. Concomitantemente a isso, deve haver a integração entre as políticas setoriais, dando-se atenção especial à família, como sinônimo de cooperação e integração de seus membros.

BIBLIOGRAFIA

- ÁVILA, Vicente Fideles de. *A pesquisa na dinâmica da vida e na essência da universidade*. Campo Grande-MS : Editora da UFMS, 1995.
- _____. *No município a educação básica do Brasil*. Maceió-AL : Secretaria de Estado da Educação, 1985.
- CAPORALINI, Maria Bernardete Santa Cecília. *A transmissão do conhecimento e o ensino noturno*. São Paulo : Papyrus, 1991.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. (Org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo : EDUC, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3.ed. São Paulo : Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Neoliberalismo, qualidade total de educação*. 3.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1994.
- LUCKESI, Cipriano et alii. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 7.ed. São Paulo : Cortez, 1995.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo : Autores

Associados, 1996.

_____. Família e individualidade: um problema moderno.
In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. (Org.).
A família contemporânea em debate. São Paulo :
EDUC, 1995.